

SUPERINTENDÊNCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-CE

Termo de Referência 22/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2025	170038-SUPERINTENDÊNCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-CE	PAULO ROBERTO REBOUCAS DE CARVALHO	17/04/2026 15:23 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		10380.000024/2025-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 10380.000024/2025-51)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço de empresa especializada para execução do projeto de "**Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio-SDAI Wireless**", com fornecimento e instalação de todos os materiais, para o Edifício-sede do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos do Estado do Ceará - MGI/CE, administrado pela Superintendência Regional da Administração do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos do Estado do Ceará - SRA-MGI/CE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	CATSER	Unid. de Medida	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	<p>Contratação de empresa especializada para execução do projeto "Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio - SDAI Wireless" (sem fio) fornecimento e instalação de todos os materiais, para o Edifício-sede do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos do Estado do Ceará -MGI/CE, composto de:</p> <p>01 (uma) Central de alarme de incêndio sem fio (Wireless) com bateria e Modem de sistema de Alarme de Incêndio;</p> <p>52 (cinquenta e dois) Sinalizadores Audiovisual com Roteador Wireless paraAlarme de Incêndio;</p> <p>52 (cinquenta e dois) Acionadores Manual Wireless para Alarme de Incêndio;</p> <p>777 (setecentos e setenta e sete) Detectores de Fumaça Óptico com Termovelocimétrico Wireless para Alarme de Incêndio; e</p> <p>01 (um) Serviço de licença de uso de Software e aplicativo APP.</p> <p>Destacamos:</p>	2011	Unidade	01	R\$929.995,00	R\$929.995,00

	<ul style="list-style-type: none"> - Amplificadores de sinal/roteadores de sinal Wireless em quantidade suficiente para atender a todos os pavimentos do prédio, inclusive asubestação e a Central de Água Gelada - CAG. - Os demais equipamentos necessário a implementação integral do SDAI Wireless, bem como as configurações necessárias para o comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais. - Realizar um treinamento para a equipe técnica do Edifício-sede do MGI, conforme condições e quantidades. - elaborar o AS BUILT do projeto, dar entrada no Corpo de Bombeiros do estado do Ceará para RECARIMBAÇÃO do projeto de SDAI cabeado alterando-o para o novo SDAI wireless. Obtenção da APROVAÇÃO do projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará conforme exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório. 					
--	--	--	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como **serviço comum de engenharia**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. Quaisquer divergências entre as especificações constantes no CATSER e Termo de Referência, prevalecem as deste Termo.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

- 1.5. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

- I) N° da Contratação: 10380.000061/2025-51
- II) Classe/Grupo: 5961 - DISPOSITIVOS A SEMICONDUTOR E PLACAS ASSOCIADAS (CIRCUITOS)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e reiteramos as informações abaixo:
- 3.1.1. A melhor solução para a escolha do objeto de aquisição e instalação do "**Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio-SDAI**", para o Edifício-sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Estado do Ceará - MGI/CE, é por **Wireless (Sem Fio)**.
- 6.13. Considerando que este edifício possui uma infraestrutura antiga, no qual as soluções apontadas nas especificações técnicas dos serviços relacionados são as que mais se adequam às necessidades da obra no que tange à técnica a ser utilizada, ao custo dos serviços, à eficácia da contratação e à eficiência dos serviços a serem realizados.

3.1.2. A garantia dos produtos fornecidos será de no mínimo 12 (meses) e abrangerá qualquer defeito de fabricação. O prazo será contado a partir da data de entrega definitiva dos itens.

3.1.3. Todos os itens de fornecimentos deverão ser novos e de primeira qualidade e estarem estritamente de acordo com as características e especificações técnicas desta documentação. Desta forma, a fiscalização poderá, a qualquer tempo, recusar os itens fornecidos, no todo ou em parte, sempre que não atenderem ao estipulado no CONTRATO ou aos padrões técnicos exigidos pelos fabricantes e normas pertinentes. Os custos de transporte relativos a substituição do material inconforme ocorrerão por conta da Contratada.

3.1.4. A fiscalização poderá autorizar o emprego de materiais, ou equipamentos que desempenham idêntica função construtiva e as mesmas especializações exigidas, isto é, deverá haver analogia total ou equivalência.

3.1.5. Todos os itens devem acompanhar manual de instalação, operação e manutenção, bem como demais documentações necessárias ao perfeito funcionamento do equipamento.

3.1.6. Instalação de sistema de detecção de incêndio e central de incêndio sem fio: Serão instalados os detectores de incêndio sem fio. Existe a necessidade da instalação de central de alarme integrada aos novos detectores de incêndio e sistemas de sinalização sonora e luminosa de eventos de incêndio.

3.1.7. A solução de detecção e alarme de incêndio sem fio será composto pelos seguintes elementos, configurados em forma de rede sem fio:

3.1.7.1. CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO SEM FIO - Equipamento responsável por coletar informações de dispositivos detectores de incêndio, acionadores manuais, alertar eventos de incêndio através de alarmes sonoros, visuais e atuar em sistemas de combate a incêndio, seguindo regras programáveis.

3.1.7.2. ROTEADOR SEM FIO COM ATUADOR EXTERNO - Dispositivo responsável pela comunicação bidirecional com todos os elementos da rede de detecção de incêndio sem fio, estabelecendo a conexão desses dispositivos à central de incêndio sem fio, criando uma rede de topologia MESH com outros roteadores. Deve permitir roteamento por qualquer outro roteador ao alcance no caso de falha de algum roteador da rede.

3.1.7.3. DETECTOR DE FUMAÇA SEM FIO - Detector óptico de disparo através de fumaça, utilizando o efeito da dispersão luminosa, por ação da difração de um fecho de luz que incide em uma fotocélula no interior de um recinto, que constitui a câmara sensível de detecção.

3.1.7.4. DETECTOR TERMOVELOCIMÉTRICO SEM FIO - Detector de disparo através de mudança brusca de temperatura. O detector realizará a leitura da temperatura ambiente e quando a temperatura variar certa quantidade de graus em menos de um minuto ou quando a temperatura ambiente estiver acima de valor determinado deverá enviar sinal à central de incêndio.

3.1.7.5. ACIONADOR MANUAL DE ALARME SEM FIO - Permite acionar manualmente o alarme de incêndio via sinal sem fio ao painel central, sem necessidade de cabos, garantindo rápida resposta em emergências.

3.1.7.6. SINALIZADOR SONORO E VISUAL - Dispositivo destinado a emitir sinais acústicos e luz estroboscópica com abrangência geral ou setorizada.

3.1.7.7. QUADRO SINÓTICO - Visualização dos alarmes em monitor de TV, sobre a planta dos prédios protegidos, podendo mostrar eventos oriundos de uma ou várias centrais de alarme de incêndio, indicando ao operador sua localização exata. Usada como ferramenta de gerência remota, local ou centralizado dos sistemas de detecção de incêndio.

3.1.8. Os itens a serem contratados farão parte de um sistema integrado de detecção e combate a incêndio em áreas, administrativas, operacionais e técnicas, com a dinâmica de funcionamento descrita a seguir.

3.1.9. A unidade a ser protegida será monitorada por uma Central de Incêndio sem fio, a qual receberá informações dos detectores, acionadores manuais de alarme.

3.1.10. Isto posto, considera-se mais vantajoso realizar a licitação na modalidade, como opção **Pregão** de modo de compra.

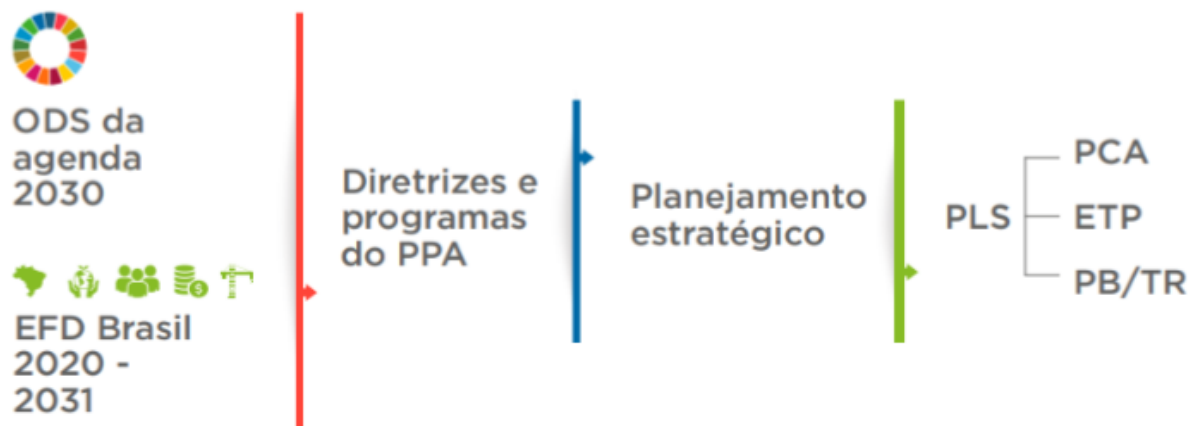
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Plano Diretor de Logística Sustentável (PSL):

4.1. Esta contratação visa atender as observações do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), instituído pela Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, sendo mecanismo de governança integrado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, bem como às leis orçamentárias, definindo a estratégia para as contratações e operações logísticas, considerando metas e ações sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

4.2. Sendo um instrumento de governança, o PLS deve estar vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, neste caso do MGI, e ao plano plurianual (art. 9º da Portaria nº 8.678, de 2021), observando ainda as diretrizes tecidas pela Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Na sequência, o PLS/MGI 2024-2026 norteará a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), os estudos técnicos preliminares, os anteprojetos, projetos básicos ou os termos de referências de cada uma das contratações, publicados nos sites oficiais do Ministério, nos termos do §1º e §3º do art. 8º da Portaria Seges/ ME nº 8.678, de 2021.

4.3. A figura a seguir, constante do Caderno da Seges, ilustra esse encadeamento:



4.4. Sendo o PLS/MGI 2024-2026 instrumento de governança das contratações públicas que decorre da diretriz governamental de promoção do desenvolvimento nacional sustentável, a adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações e na logística é fundamental para a promoção de práticas ambientais e sociais sustentáveis e conscientes, que possibilitam minimizar impactos ambientais negativos e que promovem o desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade:

4.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (Anexo I)**:

4.5.1. Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento das recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88. Os produtos confeccionados devem estar em consonância com as disposições da lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial no que se refere ao artigo 7º, XI.

4.5.2. Na especificação do produto, deve ser observado os termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.5.3. Nas obrigações da contratada, deve ser observado os termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio–SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.5.5. A aquisição em tela deverá pautar-se no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU** e outros regulamentos pertinentes, bem como os critérios de sustentabilidade devem ser considerados e os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

4.5.6. Deverão ser observados os aspectos listados na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.5.7. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”

4.5.8. APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL: Decreto nº 7.746, de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) - Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal) - Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.) - Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001) - Decreto nº 4.508, de 2002 – art. 2º (Dispõe sobre a regulamentação específica que define os níveis mínimos de eficiência energética de motores elétricos trifásicos de indução rotor gaiola de esquilo, de fabricação nacional ou importados, para comercialização ou uso no Brasil, e dá outras providências.) - Lei nº 14.479, de 2022 - Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão).

4.5.9. LIXO TECNOLÓGICO: Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. - Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

4.5.10. PILHAS OU BATERIAS: Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. - Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.) - Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.) - Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado).

4.5.11. Resíduos Eletrônicos

4.5.11.1. Equipamentos eletrônicos usados no sistema, como detectores, painéis e baterias, podem gerar resíduos ao final de sua vida útil, caso não sejam corretamente descartados.

4.5.12. Emissão de Substâncias Tóxicas

4.11.1. Alguns dispositivos eletrônicos contêm metais pesados e substâncias tóxicas, como chumbo e mercúrio, que podem contaminar o solo e a água ao serem descartados inadequadamente.

4.5.13. Uso de Baterias

4.5.13.1. Sistemas sem fio dependem de baterias, que possuem uma vida útil limitada e, se descartadas inadequadamente, podem poluir o solo e corpos d'água com substâncias tóxicas.

4.5.14. Consumo de Energia

4.5.14.1. A operação contínua do sistema pode aumentar o consumo energético, impactando indiretamente o meio ambiente devido à geração de energia elétrica por fontes não renováveis.

4.5.15. Poluição por Rádio Frequência

4.5.15.1. O uso de sistemas sem fio pode contribuir para a poluição eletromagnética em níveis locais, afetando a fauna sensível a frequências de rádio.

4.5.16. Medidas de Tratamento e Mitigadoras

4.5.16.1. Gestão de Resíduos Eletrônicos:

4.5.16.1.1. Implementar no âmbito do Edifício-sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Estado do Ceará - MGI/CE programas de coleta e descarte adequado de equipamentos eletrônicos no fim de sua vida útil, encaminhando-os para recicladoras especializadas.

4.5.16.2. Baterias Recicláveis ou de Longa Duração

4.5.16.2.1. Utilizar baterias de longa duração ou que sejam recicláveis, além de estabelecer um programa de descarte adequado para baterias usadas, a fim de evitar a contaminação ambiental.

4.5.16.2.2. Como parte das medidas de mitigação ambiental e de otimização operacional, o Contratado deverá fornecer o sistema funcionando com pilhas de longa duração nos dispositivos de detecção e alarme de incêndio sem fio. As pilhas deverão atender aos seguintes critérios:

4.5.16.2.2.1. Tipo de Pilha: As pilhas utilizadas deverão ser do tipo lítio ou alcalinas de alta performance, reconhecidas pela sua durabilidade superior em dispositivos eletrônicos de consumo contínuo. Marcas sugeridas de baterias com alta performance: Duracell, Energizer, Panasonic e Rayovac.

4.5.16.2.2.2. Vida Útil: As pilhas deverão garantir um tempo de operação mínimo de 1 ano, de acordo com as especificações dos fabricantes e testes de durabilidade. Tal requisito visa minimizar a necessidade de substituição frequente e, conseqüentemente, a geração de resíduos.

4.5.16.2.2.3. Descarte Responsável: O Contratante será responsável por implementar um programa de descarte adequado das pilhas, de acordo com as normas ambientais vigentes, promovendo a coleta e o envio para reciclagem por meio de fornecedores certificados.

4.5.16.3. Eficiência Energética

4.5.16.3.1. Importante observar que os sistemas de detecção e alarme de incêndio sem fio não são contemplados pelo programa Procel, que certifica a eficiência energética de equipamentos no Brasil. No entanto, a responsabilidade no uso de energia permanece uma prioridade. Vale destacar que o Edifício-Sede do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos no Ceará já implantou diversas atividades, tais como alteração de toda iluminação por led, automação dos chillers, nos contratos de demandas de energia houve um trabalho de redução do valor. Essa iniciativa contribui significativamente para a redução do impacto ambiental e a otimização do consumo energético nas suas operações.

4.5.16.4. Monitoramento e Manutenção Preventiva

4.5.16.4.1. Realizar manutenção preventiva para prolongar a vida útil dos componentes, evitando trocas prematuras e geração desnecessária de resíduos.

4.5.16.5. Planejamento e Localização Adequada dos Dispositivos

4.5.16.5.1. Certificar-se de que a instalação dos dispositivos sem fio não interfira em áreas sensíveis ou ecossistemas locais que possam ser afetados pela poluição eletromagnética.

Indicação de marcas ou modelos

4.6. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.6.1. Os aparelhos deveram ser de marcas preferencialmente Nacional;

4.6.2. Com relação as baterias deverão ser de alta performance sendo uma das marcas apresentadas: Duracell, Energizer, Panasonic e Rayovac

4.7. A fiscalização poderá autorizar o emprego de materiais, ou equipamentos que desempenham idêntica função construtiva e as mesmas especializações exigidas, isto é, deverá haver analogia total ou equivalência.

Subcontratação

4.8. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.8.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.8.1.1. **Fornecimento dos equipamentos principais:** A empresa contratada deve fornecer os dispositivos de detecção, alarmes e controles principais para garantir compatibilidade e qualidade;

4.8.1.2. **Programação e configuração do Sistema:** Envolve a configuração dos dispositivos, endereçamento e integração com o painel central, além de testes de funcionamento;

4.8.1.3. **Instalação e comissionamento:** A instalação dos dispositivos e a ativação do sistema, incluindo testes finais para assegurar que o sistema está funcionando conforme especificações.

4.8.1.4. **Treinamento e entrega técnica:** Treinamento para a equipe do cliente sobre operação e manutenção do sistema.

4.9. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.9.1. Instalação de infraestrutura auxiliar:

4.9.1.1. Instalação de dutos, canaletas, eletrocalhas e suportes para a passagem de cabos e dispositivos de comunicação sem fio.

4.9.1.2. Montagem de caixas de derivação, fixação de sensores e sirenes em pontos previamente definidos no projeto.

4.9.2. Serviços eletrônicos complementares:

4.9.2.1. Realização de conexões eletrônicas auxiliares, como alimentação elétrica dos dispositivos (se aplicável).

4.9.2.2. Instalação de quadros eletrônicos e fontes de alimentação dedicadas, quando necessário, para garantir o funcionamento contínuo do sistema.

4.9.3. Passagem e acomodação de cabos auxiliares:

4.9.3.1. Quando o sistema sem fio precisar de suporte adicional com cabeamento (para alimentação ou backup), a passagem de cabos em dutos ou eletrocalhas pode ser subcontratada.

4.9.4. Transporte e logística de equipamentos:

4.9.4.1. Movimentação dos equipamentos, sensores, dispositivos de alarme e controladores desde o fornecedor até o local de instalação.

4.9.4.2. Carga, descarga e organização dos dispositivos no canteiro de obra, facilitando a execução dos serviços.

4.9.5. Serviços de preparação civil leve:

4.9.5.1. Pequenas obras civis, tais como a abertura de rasgos em paredes para passagem de infraestrutura de fiação ou suportes.

4.9.5.2. Fechamento e acabamento de áreas onde serão instalados os componentes do sistema.

4.9.6. Serviços de limpeza e acabamento final:

4.9.6.1. Limpeza do ambiente após a instalação, removendo resíduos da montagem de infraestrutura ou pequenas obras civis.

4.9.6.2. Verificação e acabamento final dos locais onde serão instalados os dispositivos, garantindo que não haja impactos visuais ou estruturais.

4.10. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.11. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.12. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.13. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.14. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.15. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.15.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.15.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.15.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.15.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.15.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.16. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.17. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.18. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.19. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.19.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.20. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.20.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.20.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.20.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.21. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.22. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.23. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.24. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.25. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

- 4.25.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.25.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.26.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.26.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.28. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.29. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.30. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.31. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é **imprescindível** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09** horas às **16** horas.
- 4.32.1. Endereço onde será instalado o SDAI: Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, CEP: 60.115-080, Fortaleza-CE.
- 4.33. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.34. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.35. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico ou representante legal da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.36. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

- 4.37. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal** de **10 % (dez por cento)**, prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: será de 60 dias corridos, contados da assinatura do contrato.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 5.1.2.1. Para a realização dos serviços é necessário o prévio agendamento junto ao setor da Engenharia/DIAL/SRA-MGI/CE, em atendimento ao Projeto aprovado junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará- CBMCE.
- 5.1.2.2. Os serviços serão prestados nas seguintes condições:

--	--	--

Serviço /Etapas	Condições	Cronograma de Execução
01	<p>Contratação de empresa especializada para execução do projeto "Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio-SDAI Wireless" (sem fio) fornecimento e instalação de todos os materiais, para o Edifício-sede do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos do Estado do Ceará -MGI/CE, composto de:</p> <p>01 (uma) Central de alarme de incêndio sem fio (Wireless) com bateria e Modem de sistema de Alarme de Incêndio;</p> <p>52 (cinquenta e dois) Sinalizadores Audiovisual com Roteador Wireless para Alarme de Incêndio;</p> <p>52 (cinquenta e dois) Acionadores Manual Wireless para Alarme de Incêndio;</p> <p>777 (setecentos e setenta e sete) Detectores de Fumaça Óptico com Termovelocimétrico Wireless para Alarme de Incêndio; e</p> <p>01 (um) Serviço de licença de uso de Software e aplicativo APP.</p> <p>Destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Amplificadores de sinal/roteadores de sinal Wireless em quantidade suficiente para atender a todos os pavimentos do prédio, inclusive asubestação e a Central de Água Gelada - CAG. - Os demais equipamentos necessário a implementação integral do SDAI Wireless, bem como as configurações necessárias para o comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais. - Realizar um treinamento para a equipe técnica do Edifício-sede do MGI, conforme condições e quantidades. - elaborar o AS BUILT do projeto, dar entrada no Corpo de Bombeiros do estado do Ceará para RECARIMBAÇÃO do projeto de SDAI cabeado alterando-o para o novo SDAI wireless. Obtenção da APROVAÇÃO do projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará conforme exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório. 	60 dias corridos

5.1.2.3. Devidamente justificado e com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência do prazo final de execução, o prestador de serviço poderá solicitar prorrogação de prazo, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2.4. O prestador de serviço se obriga a executar o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.1.2.5. Todas as despesas relativas à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do futuro contrato correrão por conta exclusiva do prestador de serviço.

5.1.2.6. O Fornecedor entregará à SRA-MGI/CE, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, uma via digital assinada do Documento de Responsabilidade Técnica, em nome do profissional designado como responsável técnico no processo licitatório, relativamente aos serviços objeto do instrumento contratual, devidamente registrado no conselho profissional competente, bem como toda a documentação, relativa à empresa, necessária para obtenção de licenças e alvarás pertinentes à contratação.

5.1.2.7. Somente será admitida a indicação de profissional diverso caso haja anuência expressa do SRA-MGI/CE e desde que atendidas as mesmas condições exigidas por ocasião da qualificação técnica, comprovada mediante a apresentação ao do respectivo acervo técnico.

5.1.2.8. Na hipótese de substituição do responsável técnico designado, o Fornecedor deverá encaminhar a solicitação por escrito, indicando o novo profissional e apresentando o respectivo acervo técnico, bem como a baixa do Documento de Responsabilidade Técnica do profissional substituído, observando todas as disposições presentes neste Termo de Referência.

5.1.2.9. O Fornecedor providenciará a abertura do Diário de Obras na data indicada para início da execução constante da Autorização de Serviço emitida pela SRA-MGI/CE.

5.1.2.10. O Fornecedor deverá designar formalmente, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, pelo menos um preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, responsabilizando-se pelo bom andamento desta.

5.1.2.11. O preposto designado será, preferencialmente, o profissional indicado como responsável técnico. A designação formal do preposto se dará mediante apresentação de documento, assinado por representante do Fornecedor que conterá todas as informações necessárias à célere comunicação com o designado tais como números de telefone, endereço de e-mail, etc.

5.1.2.12. O preposto designado será responsável pelo gerenciamento dos serviços, devendo se reportar à Fiscalização sobre assuntos relacionados à execução dos serviços e resolução de possíveis ocorrências, respondendo perante a SRA-MGI/CE, pelo bom andamento dos serviços, devendo tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

5.1.2.13. O preposto designado não poderá ser afastado ou substituído sem prévia comunicação ao SRA-MGI/CE.

5.1.2.14. O Fornecedor deverá enviar à Fiscalização uma relação contendo nome, função, RG e CPF dos funcionários que trabalharão diretamente no local dos serviços, com antecedência mínima 03 (três) dias úteis em relação à data prevista para início das suas respectivas atividades. O acesso ao local se dará somente após autorização expressa do SRA-MGI/CE.

5.1.2.15. O acesso de veículos à serviço do Fornecedor ao local de execução somente será autorizado após prévia solicitação por escrito à Fiscalização, na qual devem constar no mínimo a placa do veículo e a identificação (nome, RG e CPF) do motorista.

5.1.2.16. Os preços ofertados deverão considerar a inclusão de todos os custos relacionados com a completa e perfeita execução dos respectivos serviços, tais como: mão-de-obra (salários, alimentação, exames, transporte, EPI's, exigências sindicais), materiais, ferramentas, equipamentos, serviços, fretes, despesas de transporte, carga, descarga, bota-fora, armazenagem, segurança do trabalho, vigilância, logística, gerenciamento, garantias, encargos financeiros, riscos, encargos sociais, tributos, taxas, todas as despesas diretas, BDI e quaisquer outros necessários.

5.1.2.17. Inclui-se no objeto a ser contratado a disponibilização de mão-de-obra capacitada e o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à completa execução dos serviços, sob responsabilidade direta do Fornecedor.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, CEP: 60.115-080, Fortaleza-CE;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08:00 - 17:00.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Diário de Obra

5.4.1.1. Caberá ao Fornecedor a elaboração e manutenção de Diário de Obras, através de aplicativo digital indicado pela SRA-MGI/CE.. Na ausência desta indicação da SRA-MGI/CE., deverá ser elaborado conforme modelo próprio disponibilizado pela SRA-MGI/CE., devidamente numerado e rubricado pela fiscalização e pelo responsável técnico do Fornecedor.

5.4.1.2. A abertura do Diário de Obras ocorrerá nos termos disposto no item 5.4.1., de modo que o dia "01" do Diário corresponda ao primeiro dia do prazo de execução dos serviços.

5.4.1.3. O Diário de Obras deverá ser elaborado através do aplicativo digital indicado pela SRA-MGI/CE, e terá as seguintes características:

5.4.1.3.1. Será um documento único, enviado pelo Fornecedor à SRA-MGI/CE, diariamente, através de aplicativo digital indicado para este fim, e na ausência desta indicação, deverá ser enviado preferencialmente via correio eletrônico, em formato PDF, assinado digitalmente, que deverá ser arquivado na obra após devolução do mesmo pela SRA-MGI/CE. ao Fornecedor.

5.4.1.3.2. Deverá ser claro e objetivo, de modo a permitir a reconstituir; os fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução.

5.4.1.3.3. O Diário de Obras conterá, no mínimo, os seguintes campos, que deverão ser preenchidos diariamente:

5.4.1.3.3.1. Nome da CONTRATADA;

5.4.1.3.3.2. Nome do CONTRATANTE;

5.4.1.3.3.3. Data do dia;

5.4.1.3.3.4. Prazo contratual, prazo decorrido e prazo remanescente;

5.4.1.3.3.5. Condições climáticas;

5.4.1.3.3.6. Condições de máquinas e equipamentos;

5.4.1.3.3.7. Número e categoria de empregados;

5.4.1.3.3.8. Ocorrências;

5.4.1.3.3.9. Assinaturas.

5.4.1.3.4. O Fornecedor, obrigatoriamente registrará no Diário de Obras:

5.4.1.3.4.1. Interferências nos serviços causadas por terceiros não sujeitos a sua ingerência;

5.4.1.3.4.2. Consultas a fiscalização;

5.4.1.3.4.3. Datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

5.4.1.3.4.4. Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

5.4.1.3.4.5. Respostas as interpelações realizadas pela fiscalização;

5.4.1.3.4.6. Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço.

5.4.1.3.5. O Fornecedor poderá anotar no Diário de Obras outros fatos que, a seu juízo, sejam objeto de registro.

5.4.1.3.6. Serão objetos de registro no Diário de Obras pela Fiscalização:

5.4.1.3.6.1. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos do Fornecedor no Diário de Obras;

5.4.1.3.6.2. Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;

5.4.1.3.6.3. Soluções as consultas, lançadas ou formuladas pelo Fornecedor, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;

5.4.1.3.6.4. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho do Fornecedor, seus prepostos e sua equipe;

5.4.1.3.6.5. Determinação de providências para o cumprimento do objeto e suas especificações;

5.4.1.3.6.6. Outros fatos que, a juízo da Fiscalização, devem ser objeto de registro.

5.4.1.3.7. Deverá ser entregue mensalmente uma via digital assinada do Diário de Obras referente ao período da respectiva medição, e após a conclusão dos serviços, o Fornecedor entregará ao setor de Engenharia do MGI/CE uma via digital, assinada, de todas as folhas do Diário de Obras, observadas as formalidades exigidas neste instrumento.

5.4.2. Canteiro de Obras

5.4.2.1. Caso a SRA-MGI/CE não disponibilize dependências no próprio prédio para instalação de refeitório, sanitário e almoxarifado pelo Fornecedor, caberá a esta providenciar as instalações provisórias.

5.4.2.2. Cabe ao Fornecedor respeitar todas as determinações constantes da NR18.

5.4.2.3. O Fornecedor será responsável, até o final da obra, pela conservação das condições visuais, higiênicas e de segurança das áreas sob sua responsabilidade, devendo ao final dos serviços devolver as referidas áreas nas mesmas condições que lhe forem entregues.

5.4.2.4. O Fornecedor deverá manter no canteiro de obras:

5.4.2.4.1. Uma cópia completa dos projetos e do Memorial Descritivo;

5.4.2.4.2. Uma cópia do contrato;

5.4.2.4.3. Diário de Obras;

5.4.2.4.4. O cronograma físico-financeiro onde se possam visualizar facilmente as programações e as posições atualizadas do serviço.

5.4.2.5. É responsabilidade do Fornecedor deixar o local perfeitamente limpo e organizado ao final da obra.

5.4.2.6. O Fornecedor deverá retirar do canteiro de obras quaisquer materiais porventura impugnados pela SRA-MGI/CE.

5.4.2.7. O Fornecedor será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade.

5.4.2.8. A SRA-MGI/CE, em hipótese alguma, responderá por eventuais danos ou perdas de materiais e equipamentos do Fornecedor que venham a ocorrer em seu canteiro de obras.

5.4.2.9. Todas as instalações provisórias deverão ser desmontadas e retiradas do local ao término da obra pelo Fornecedor.

5.4.3. Demolições e Reposições

5.4.3.1. O Fornecedor deverá executar as demolições e as remoções de qualquer natureza, pre-identificadas ou não, que lhe forem indicadas pela Fiscalização, para permitir a execução da obra.

5.4.3.2. Os serviços de demolições deverão ser executados de forma manual, cuidadosa e progressivamente, utilizando-se de ferramentas adequadas.

5.4.3.3. O uso de ferramentas motorizadas dependerá de previa autorização da SRA-MGI/CE, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas necessárias para evitar queda de materiais no momento das demolições.

5.4.3.4. Os entulhos e os materiais não sujeitos a reaproveitamento, provenientes das demolições, bem como o material inservível resultante dos serviços da obra, serão transportados pelo Fornecedor e levados para local apropriado, as suas expensas.

5.4.3.5. O material retirado sujeito a reaproveitamento será transportado e devidamente armazenado pelo Fornecedor, as suas expensas, em local determinado pela fiscalização.

5.4.3.6. Na execução dos serviços de demolição e reposição devem ser obedecidas as Normas de Segurança (NR18), observadas, especialmente as disposições que se seguem:

5.4.3.6.1. Antes de se iniciar a demolição, as linhas de fornecimento de energia elétrica, água, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas, canalizações de esgoto e de escoamento de água devem ser desligadas, retiradas, protegidas ou isoladas, respeitando-se as normas e determinações em vigor;

5.4.3.6.2. Antes de se iniciar a demolição, devem ser removidos os vidros, ripados, estuques e outros elementos frágeis;

5.4.3.6.3. Os locais onde estejam sendo realizados os serviços devem ser isolados por tapume, fechadas todas as frestas e aberturas no piso que possam permitir quedas e/ou vazamentos de materiais;

5.4.3.6.4. Os materiais das edificações, durante a demolição e remoção, devem ser previamente umedecidos.

5.4.4. Demais disposições para a execução dos serviços

5.4.4.1. O Fornecedor, através do fiscal do contrato, emitirá a Autorização de Serviço (AS) informando a data para início dos serviços e o respectivo cronograma de execução do contrato.

5.4.4.2. Observando-se as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação, o Fornecedor designará expressamente, no prazo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços para cada item contratado, fornecendo ao SRA-MGI/CE, respectivamente, os seguintes dados pessoais/profissionais: nome completo, registro profissional, contato telefônico e endereço de correio eletrônico.

5.4.4.3. O Fornecedor deverá providenciar os Documentos de Responsabilidade Técnica necessários para todos os serviços contratados, preenchidos conforme as orientações da Fiscalização, e entrega-las em até 10 (dez) dias úteis após o início dos serviços, devidamente emitidos, quitados e assinados.

5.4.4.4. O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) designado(s) dever(ão) ser aquele(s) indicado(s) no momento da qualificação técnica do certame licitatório, conforme respectivo Edital de licitação, não podendo ser substituído sem anuência prévia e expressa do SRA-MGI/CE.

5.4.4.5. A substituição de profissional indicado no momento da qualificação técnica somente será admitida por outro com experiência equivalente;

5.4.4.6. A proposta de substituição de profissional deverá ser apresentada por escrito à fiscalização, com indicação do novo substituto e apresentação da sua respectiva comprovação de capacitação técnico - profissional, a qual deverá atender as mesmas exigências da documentação de habilitação apresentada por ocasião da qualificação técnica;

5.4.4.7. Caso a substituição seja aprovada, o Fornecedor deverá entregar ao SRA-MGI/CE a nova Documentação de Responsabilidade Técnica do profissional substituto, bem como a baixa do documento referente ao profissional substituído.

5.4.4.8. O Fornecedor comparecerá as reuniões, presenciais ou virtuais, conforme previstas ordinariamente no cronograma de execução do contrato, ou extraordinariamente agendadas pela fiscalização quando esta julgar necessário.

5.4.4.9. As reuniões terão como principal objetivo acompanhar a evolução dos serviços e compatibilizar as diversas atividades técnicas.

5.4.4.10. É de responsabilidade do Fornecedor o fornecimento de toda a mão de obra que se fizer necessária para a completa execução dos serviços contratados;

5.4.4.11. Não haverá empregados do Fornecedor a disposição do SRA-MGI/CE em tempo integral nas suas instalações.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. **01 (uma)** Central de alarme de incêndio sem fio (Wireless) com bateria e Modem de sistema de Alarme de Incêndio;

5.5.2. **52 (cinquenta e dois)** Sinalizadores Audiovisual com Roteador Wireless para Alarme de Incêndio;

5.5.3. **52 (cinquenta e dois)** Acionadores Manual Wireless para Alarme de Incêndio;

5.5.4. **777 (setecentos e setenta e sete)** Detectores de Fumaça Óptico com Termovelocimétrico Wireless para Alarme de Incêndio; e

5.5.5. **01 (um)** Serviço de licença de uso de Software e aplicativo APP.

Destacamos:

5.6. Amplificadores de sinal/roteadores de sinal Wireless em quantidade suficiente para atender a todos os pavimentos do prédio, inclusive a subestação e a Central de Água Gelada - CAG.

5.6.1. Os demais equipamentos necessários à implementação integral do SDAI Wireless, bem como as configurações necessárias para o comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais.

5.6.2. Realizar um treinamento para a equipe técnica do Edifício-sede do MGI, conforme condições e quantidades.

5.7. Elaborar o AS BUILT do projeto, dar entrada no Corpo de Bombeiros do estado do Ceará para RECARIMBAÇÃO do projeto de SDAI cabeado alterando-o para o novo SDAI wireless. Obtenção da APROVAÇÃO do projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará conforme exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1. Recebimento Provisório (Art.140, I, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

5.8.1.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado mediante termo detalhado emitido pelo fiscal técnico, relativamente ao cumprimento dos prazos de execução e demais exigências de caráter técnico, devendo ocorrer em até 15 dias corridos.

5.8.1.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita do fornecedor com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

5.8.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta de preços, devendo ser refeitos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do fornecedor, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, cabendo a fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.8.1.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

5.8.1.4. O recebimento provisório do objeto contratual ficará sob a responsabilidade do FISCAL do contrato, atendidas as exigências do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8.1.5. Após a comunicação formal de conclusão da obra pelo Fornecedor, a Fiscalização conferirá, juntamente com o responsável técnico da mesma, para verificação dos serviços realizados e materiais entregues.

5.8.1.6. Verificada a conclusão dos serviços, a obra será(ão) recebida(os) provisoriamente pela SRA-MGI/CE, mediante termo circunstanciado, assinado pela fiscalização e pelo responsável técnico do Fornecedor, lavrado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da comunicação da conclusão.

5.8.1.7. Constatadas eventuais pendências, defeitos ou incorreções nos serviços executados caracterizadas como pequenas irregularidades que não impeçam o recebimento provisório do objeto, a Fiscalização as formalizará no Termo de Recebimento Provisório, definindo prazo para a respectiva regularização. Nesta hipótese, o fornecedor não estará habilitado para recebimento do último pagamento até que sejam sanadas as irregularidades apontadas, devidamente atestadas pela Fiscalização em nova vistoria.

5.8.1.8. Constatada a inexecução parcial dos serviços, esta será registrada e comunicada formalmente ao Fornecedor, com manifestação da SRA-MGI/CE acerca dos ajustes a serem realizados, não sendo lavrado o Termo de Recebimento Provisório, retomando-se, para todos os efeitos, a contagem do prazo de execução, desde a data da comunicação formal de conclusão dos serviços.

5.8.1.9. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da SRA-MGI/CE.

5.8.1.10. Findo o prazo de execução sem que o Fornecedor proceda à comunicação da conclusão, ou na hipótese de necessidade de ajustes nos serviços para fins de recebimento, restará caracterizada a mora, a contar da data em que deveria ter sido concluído o serviço, independentemente de notificação pela SRA-MGI/CE.

5.8.2. Recebimento definitivo (Art. 140, I, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

5.8.2.1. Os serviços serão recebidos definitivamente, em até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pelo Superintendente de Gestão Administrativa, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências contratuais.

5.8.2.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.8.2.3. Caso necessário, o gestor do contrato notificará o fornecedor, para realização das substituições e/ou adequações cabíveis, conforme prazo indicado no item 5.8.2.1.

5.8.2.4. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento deverá observar as disposições constantes do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8.2.5. Constatadas irregularidades que caracterizem inexecução do objeto contratual, dentro do prazo de recebimento definitivo, a SRA-MGI/CE notificará o fornecedor da ocorrência, concedendo prazo para ajuste conforme a natureza da irregularidade apontada, sem prejuízo da aplicação de penalidade pela mora no cumprimento de suas obrigações contratuais.

5.8.2.6. A Fiscalização, ao considerar concluída a obra ou serviço, comunicará o fato a seus superiores, para as providências cabíveis.

5.8.3. Demais Regramentos

5.8.3.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

5.8.3.2. A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao fornecedor, circunstancia que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

5.8.3.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

5.8.3.4. A SRA-MGI/CE rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.

5.8.3.5. Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme prazo indicado no item 5.8.1.2., cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade.

5.8.3.6. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pela SRA-MGI/CE, todos os procedimentos cabíveis em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 5.8.2.1.

5.8.3.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

5.8.3.8. Os recebimentos provisório e definitivo não excluem a responsabilidade do Fornecedor pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8.3.9. O aceite ou aprovação do objeto pela SRA-MGI/CE não exclui a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa do fornecedor para vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, pelo prazo mnimo de 05 (cinco) anos, a contar da expedição do Termo de Recebimento Definitivo, conforme disposto no artigo 618 do Código Civil, garantindo-se a SRA-MGI/CE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

Especificação da garantia do serviço

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
 - 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.4.1. **Finalidade** - Garantir o atendimento célere às demandas do Órgão e evitar prejuízos ao correto cumprimento de todas as fases do cronograma e à entrega final no prazo fixado.
 - 7.4.2. **Meta a Cumprir** - 100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração
 - 7.4.3. **Instrumento de Medição** - Verificação in loco dos fiscais do contrato e relatos escritos de usuários e prestadores (via correio eletrônico ou relatório no SEI)
 - 7.4.4. **Forma de Acompanhamento** - Realização semanal de inspeção, por parte da Fiscalização do contrato, da execução dos serviços contratados. Podem ser complementadas com relatórios e reuniões com o Fiscal do contrato.
 - 7.4.5. **Periodicidade** - Mensal
 - 7.4.6. **Mecanismo de Cálculo** - Todas as ocorrências serão registradas pelo Fiscal do contrato, que notificará a Contratada, atribuindo pontos, conforme a tabela 01 abaixo.
 - 7.4.7. **Início de Vigência** - Data de início da execução dos serviços.
 - 7.4.8. **Faixas de ajuste no pagamento** - Somatória dos pontos da tabela 01, que corresponderá à glosa da fatura mensal conforme tabela 02 abaixo.
 - 7.4.9. **Sanções** - Advertência e/ou glosa da fatura mensal.
 - 7.4.10. **Observações** - No caso de a Contratada somar 2 (dois) pontos seguidos, ao longo do ficará facultada à Contratante a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato

Tabela 01 – Pontuação/Ocorrência		

Ocorrência	Aferição	Pontuação
Inobservância injustificada do tempo para correção de serviços, contadas a partir do registro da chamada.	O fiscal de contrato formalizará o chamado através de correspondência eletrônica ao endereço fornecido pela empresa.	0,5
Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante no prazo de 24 horas.	Os registros das solicitações de esclarecimento serão individuais, formalizados através de correspondência eletrônica pelo fiscal do contrato ao endereço fornecido pela empresa. Cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,2
Falta de cordialidade no trato com os servidores, colaboradores e contribuintes	O fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido e poderá requerer a substituição do empregado.	0,1
Não atendimento a qualquer outra obrigação prevista no edital e seus anexos não especificada nesta tabela.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data,	0,1

Tabela 02 – Pontuação Acumulada	
Pontuação Acumulada	Glosa
1 (um) ponto	Não há glosa, apenas advertência
2 (dois) pontos	Não há glosa, apenas advertência
3 (três) pontos	Glosa correspondente a 1% do valor faturado do mês de apuração da pontuação
4 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 2% do valor faturado do mês de apuração da pontuação
5 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 3% do valor faturado do mês de apuração da pontuação
6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 4% do valor faturado do mês de apuração da pontuação
7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação
Acima de 7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação, acrescido de 1% para cada ponto extra.

Do recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.7. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.8. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.13. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.13.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.21. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.22. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.23. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.24. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.25. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.26. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.27. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.28. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.29. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

7.30. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.31. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.31.1. o prazo de validade;

7.31.2. a data da emissão;

7.31.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.31.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.31.5. o valor a pagar; e

7.31.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.32. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.33. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.34. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.34.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.34.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.35. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.36. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.37. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.38. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.39. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.40. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.41. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.44. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.45. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.46. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/06/2025, conforme dados da planilha CURVA ABC e Nota Técnica do processo sei 10380.000024/2025-51.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.48. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.49. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de

receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.50. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.51. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.52. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1,5% (um virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1,5% (um virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento)** o valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias** úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl}
 & & \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\
 \text{LG} = & & \hline
 & & \text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} \\
 \\
 & & \text{Ativo Total} \\
 \text{SG} = & & \hline
 & & \text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} \\
 \\
 & & \text{Ativo Circulante} \\
 \text{LC} = & & \hline
 & & \text{Passivo Circulante}
 \end{array}$$

- 9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura no Ceará - CREA-CE, em plena validade;

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. Certificações: O sistema deve estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações de segurança vigentes;

9.33.1.2. Certificação ANATEL: Equipamentos de telecomunicações, que utilizam tecnologia sem fio (Wi-Fi, Bluetooth, ZigBee, etc.), devem ser homologados pela ANATEL. Isso garante que o dispositivo cumpre os requisitos técnicos e de segurança exigidos pela legislação brasileira;

9.33.1.3. Características: o Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (SDAI) Wireless é tecnicamente similar e funcionalmente semelhante ao SDAI endereçável cabeado, por apresentarem equivalência técnica e funcional ao objeto licitado.

9.33.1.4. Parcela de Maior Relevância e Valor Significativo: Instalação de Detector Pontual de Fumaça ou Temperatura: 400 unidades.

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.36. A central de detecção e alarme de incêndio deverá possuir capacidade de integração com o sistema de monitoramento por vídeo (CFTV), permitindo a associação entre equipamentos de detecção e alarme de incêndio com as câmeras, previamente configuradas, possibilitando a visualização automática das imagens da área correspondente em interface de monitoramento do sistema de detecção e alarme de incêndio no momento da ocorrência.

Qualificação Técnico-Profissional

9.36. A empresa vencedora do certame, deverá indicar um profissional que será o responsável técnico pela execução e entrega dos serviços. Este profissional deverá constar em seu quadro profissional, ser devidamente registrado no conselho profissional competente, sendo detentor de atestado de responsabilidade técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), por execução de serviço de características semelhantes, a exemplo de instalação e testes de sistemas de detecção e alarme de incêndio utilizando a tecnologia wireless. A correta qualificação do profissional é essencial para garantir a segurança e o bom funcionamento do sistema de detecção e alarme de incêndio. Um projeto mal elaborado ou uma instalação inadequada podem comprometer a eficácia do sistema, colocando em risco a segurança das pessoas e do patrimônio.

9.36.1. O profissional responsável técnico deverá ter conhecimento da norma ABNT NBR 17240, ser capaz de planejar a instalação do sistema, coordenar a equipe de instalação, garantir que o sistema seja instalado de acordo com as normas e padrões de segurança, elaborar o AS BUILT do projeto, dar entrada no Corpo de Bombeiros do estado do Ceará para RECARIMBAÇÃO do projeto de SDAI cabeado alterando-o para o novo SDAI wireless. Obtenção da APROVAÇÃO do projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.

9.36.2 Antes de iniciar os serviços de SDAI Wireless no edifício sede do MGI-CE, o responsável técnico deverá emitir uma ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), visando garantir que o sistema seja instalado de acordo com as normas e padrões de segurança.

9.36.3. O responsável técnico indicado deverá acompanhar todos os serviços, objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.37. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 929.995,00 (novecentos e vinte e nove mil, novecentos noventa e cinco reais)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 46000/170038;

II) Fonte de recursos: 1000;

III) Programa de trabalho: 225040;

IV) Elemento de despesa: 4.4.90.51; e

V) Plano interno: 46.2000.18.038.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. PROTEÇÃO DE DADOS E ACESSO À INFORMAÇÃO

12.1. Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

12.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

12.1.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

12.1.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

12.2. Devemos considerar também as previsões do Acesso a Informação:

12.2.1. O art. 10 da IN/2022, dispõe que ao final da elaboração do Termo de Referência - TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o Acesso à Informação.

12.2.2. Desta forma, tocante classificação da informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo, para todos os efeitos este TR's e enquadra como um **documento público, não havendo restrições quanto a sua publicidade.**

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.2. Este documento foi elaborado conforme modelo AGU, com atualização de Abril/2025, disponível em: Modelos da Lei nº 14.133/21 — Advocacia-Geral da União.

13.3. Equipe de Planejamento da Contratação, consoante Portaria MGI-DCD-SRA-CE /MGI Nº 2370, DE 27 DE MARÇO DE 2025:

- a) PAULO ROBERTO REBOUCAS DE CARVALHO;
- b) FELIPE AZEVEDO DANTAS;
- c) ÉRIKA GOMES BARBOSA DE CARVALHO;
- d) NEYLA MARIA DE KING FREIRE; e
- e) PAULO HENRIQUE PINTO TEIXEIRA HENRIQUES.

Fortaleza, 16 de dezembro de 2025.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria MGI-DCD-SRA-CE /MGI Nº 2370, DE 27 DE MARÇO DE 2025

PAULO ROBERTO REBOUCAS DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 14:22:15.

ERIKA GOMES BARBOSA DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria MGI-DCD-SRA-CE /MGI Nº 2370, DE 27 DE MARÇO DE 2025

NEYLA MARIA DE KING FREIRE

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria MGI-DCD-SRA-CE /MGI Nº 2370, DE 27 DE MARÇO DE 2025

PAULO HENRIQUE PINTO TEIXEIRA HENRIQUES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 14:30:02.

Despacho: Portaria MGI-DCD-SRA-CE /MGI Nº 2370, DE 27 DE MARÇO DE 2025

FELIPE AZEVEDO DANTAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 15:23:20.